



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13197 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

DESAFIOS DE ESTUDANTES VENEZUELANOS NA SUA TRAJETÓRIA ACADÊMICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR)

Edna Paula Marcelino Magalhães - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Maria Edith Romano Siems - Universidade Federal do Pará (UFPA) - EDUCANORTE - PGEDA

DESAFIOS DE ESTUDANTES VENEZUELANOS NA SUA TRAJETÓRIA ACADÊMICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR)

Resumo: O ritmo vertiginoso do deslocamento populacional de venezuelanos que, sobretudo a partir de 2015, migraram em busca de novas oportunidades para refazer a vida, fez com que estudos relativos à educação de migrantes internacionais se tornassem mais frequentes, pelos desafios, oportunidades e responsabilidades que apresentam para o poder público e para a sociedade, exigindo a urgente execução de ações que possibilitem a inclusão dessa população, cuja situação é, geralmente, de extrema vulnerabilidade social. A Universidade Federal de Roraima (UFRR) estabeleceu mecanismos para o acesso simplificado de refugiados ou migrantes em situação de vulnerabilidade aos cursos superiores, objetivando propiciar a integração local desse público, cujos impactos e resultados precisam ser conhecidos e avaliados. Para isso, realizamos estudo com abordagem quanti-qualitativa, com estudantes que ingressaram por processo específico simplificado, tomando como fundamento teórico-metodológico a perspectiva histórico-cultural de Mikhail Bakhtin. Entre os resultados das entrevistas, identificou-se a necessidade da efetivação de políticas diferenciadas que contribuam não apenas para o acesso, mas também para a permanência e aprendizagem.

Palavras-chave: Migração venezuelana; Inclusão educacional; Ensino superior.

Os deslocamentos são inerentes aos seres humanos e seu início se confunde com os primórdios do surgimento da humanidade, quando, já não havendo condições de subsistência num determinado lugar, o homem se deslocava para outro, buscando novas formas de sobreviver. Os movimentos migratórios ocorrem pelos mais variados motivos, que envolvem desde catástrofes naturais, guerras, perseguições políticas, étnicas ou culturais, até a busca de melhores condições de vida.

O tema vem ganhando espaço nos debates políticos no Brasil, dado o intenso fluxo migratório que experimentamos nos últimos 20 anos. Em relação à situação da Venezuela, esta já é considerada uma das principais crises de deslocamento do mundo, especialmente a partir de 2017, com mais de 5 milhões de venezuelanos vivendo no exterior, majoritariamente na América Latina e Caribe. Desses, muitos são refugiados e migrantes em situação de vulnerabilidade.

Fugindo da crise humanitária instalada no seu país, da violência e da insegurança, bem como da falta de itens e serviços essenciais, eles abandonam o que têm e chegam a outros países, na maioria, em situação de extrema vulnerabilidade social. E, entre todos os reveses para obtenção dos meios básicos de sobrevivência, ainda precisam encarar os obstáculos linguísticos, o desconhecimento da cultura local e, principalmente, o preconceito e a xenofobia. Uma das formas de vencer essas dificuldades é por meio do acesso à educação, que pode desempenhar um importante papel, contribuindo para que esses indivíduos se tornem cidadãos na comunidade da qual estão passando a fazer parte.

Como aponta Gadotti (2005, p. 1), a educação “é um direito de todo ser humano como condição necessária para ele usufruir de outros direitos constituídos numa sociedade democrática”, estando esse direito amparado em farto arcabouço normativo e legal, que inclui também compromissos e tratados internacionais. Em nosso país, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) consagrou a educação como direito universal, imputando ao Estado a responsabilidade da garantia de educação com qualidade para todos. Já a Lei nº 13.445/2017 (BRASIL, 2017) assegura aos migrantes os mesmos direitos básicos afiançados aos brasileiros. Mas, em que medida as garantias anunciadas se efetivam na realidade?

Com o objetivo de reforçar a garantia do acesso e da permanência aos estudantes, especialmente aqueles que estão à margem da sociedade, somam-se às disposições legais várias políticas educacionais inclusivas, que vêm sendo executadas pelas instituições, como a reserva de vagas nos processos seletivos para ingresso de estudantes de escolas públicas que se declaram negros ou indígenas, além de auxílios oferecidos aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de diminuir as profundas desigualdades no acesso ao ensino. Um exemplo dessas políticas é o processo simplificado para ingresso de refugiados e migrantes em situação de vulnerabilidade adotado por algumas instituições de ensino superior, entre elas, a Universidade Federal de Roraima (UFRR). Com os intensos movimentos migratórios, tais ações se mostram extremamente importantes, pois possibilitam que esses estudantes ingressem no ensino superior.

Todo aparato legal e ações afirmativas, com vistas à garantia da inclusão das pessoas marginalizadas ao ensino superior, “representam um esforço meritório no sentido de combater o tradicional elitismo social da universidade pública” (SANTOS, 2004, p. 71), entretanto, desde a sua origem, vêm enfrentando resistência e dificuldades que impactam na permanência nesses espaços acadêmicos.

Nesse sentido, este estudo apresenta o resultado de uma pesquisa que analisou o processo de inclusão educacional de estudantes venezuelanos refugiados e em situação de vulnerabilidade na UFRR, com o objetivo de compreender a trajetória acadêmica desses estudantes, a partir das suas narrativas.

A investigação teve abordagem quanti-qualitativa (SAMPIERI, 2013) e tomou como referencial teórico-metodológico os estudos histórico-culturais, na perspectiva de Mikhail Bakhtin, que considera a inter-relação do homem com o meio histórico e cultural em que vive, ou seja, ao mesmo tempo em que somos alterados pela realidade, também contribuimos para a transformação dessa realidade e dos indivíduos com os quais interagimos.

Nessa perspectiva, o migrante, como pessoa que vivencia e interage com a cultura na qual está inserido não deve ser percebido apenas como aquele que irá adentrá-la, mas também aquele que, como qualquer outra pessoa, tem a capacidade de transformá-la, ao tempo em que é transformado por ela.

A construção de dados se deu em três etapas: pesquisa bibliográfica, seleção documental e entrevista semiestruturada, com 9 estudantes de 8 cursos de graduação, que abordaram suas perspectivas sobre ingresso, acolhida e inclusão na UFRR.

Buscamos, com as entrevistas conhecer as condições de acesso, permanência e aprendizagem/sucesso dos estudantes venezuelanos refugiados ou em situação de vulnerabilidade e os desafios por eles enfrentados, na sua inclusão nos cursos de graduação da UFRR, e, com isso, construir espaços de reflexão junto com eles, mergulhando nos seus mundos e conhecendo um pouco de suas dificuldades, dores, medos, anseios, lutas e esperanças, de modo a entender suas histórias, seguindo os ensinamentos de Freire (1996, p. 61) de que “escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um”.

Vários foram os desafios que os estudantes tiveram que encarar na sua trajetória acadêmica, o que, para cada qual, teve significado diferente e direcionou sua vivência na instituição também de forma diferente. “Os dramas expostos nos convidam a refletir sobre os desafios de quem migra e a desconstruir estereótipos, aprender mais sobre o outro, encontrar meios de saber lidar com as diferenças, aceitar e reconhecer suas culturas [...]” (MAGALHÃES; SIEMS, 2021, p. 4).

Embora o estudo trate da compreensão dos desafios institucionais dos participantes da pesquisa, os aspectos subjetivos que envolvem a relação com uma nova sociedade foram

necessariamente abarcados, pois, embora distintos, eles estão inter-relacionados, de forma que um não existe sem o outro. Afinal, nós trabalhamos com seres humanos, com sujeitos ativos em suas existências, e não com objetos. A arquitetônica do mundo-evento bakhtiniana (BRAIT, 2006, p. 199-200) nos instrui sobre isso: “O mundo se dispõe em torno de um centro valorativo concreto, que é visto e amado e pensado. O que constitui esse centro é o ser humano: tudo nesse mundo adquire significância, sentido e valor apenas em correlação com o homem”.

Em relação à chegada ao Brasil, os estudantes relataram, entre outras dificuldades, que a condição de “estrangeiro” refletiu nas suas oportunidades de trabalho e estudo no país, devido a atitudes xenofóbicas. Essas situações demonstram que a sociedade olha o “outro” a partir da ótica do preconceito, que leva à discriminação e impede ver esse “outro” como alguém que experencia, que sente e que tem valores como qualquer brasileiro. A xenofobia, como uma aversão ao que é “estrangeiro”, assim como outras formas de discriminação, revela a dificuldade em reconhecer a humanidade do “outro”.

Como nos alertam Sayad (1998) e Bauman (2017), e, ainda, conforme prevê a Lei Federal nº 13.445/2017 (BRASIL, 2017), esses migrantes não devem ser vistos como estranhos invasores de um território que não é deles, mas devem ser compreendidos como seres sociais, com direito de participar irrestritamente da sociedade na qual estão inseridos.

Sobre o ingresso na UFRR, os estudantes relataram que tiveram fácil acesso ao processo, entretanto, alguns tiveram receio de concorrer às vagas, por terem sido acusados por membros da comunidade e pela mídia local de estar “tomando o lugar” dos brasileiros: “Eu tinha medo de dizer que tinha passado no processo, porque tinha gente que quase me bateu na rua quando soube. Diziam que eu tinha roubado a vaga. Eu não tinha noção do peso que era de estudar na Federal, achava que era igual na particular”.

Os discursos propagados na mídia local e por alguns políticos, que tratam o tema pelo viés da invasão, pensamento forjado a partir de narrativas hegemônicas sobre a história da migração, que focam mais no impacto social que os migrantes causam nos países do que nos impactos desses países sobre suas vidas, reforçam o racismo e a xenofobia.

A diferença linguística foi apontada por todos os estudantes como um dos maiores desafios na inserção na comunidade, no mercado de trabalho e na universidade, especialmente porque, para muitos, o primeiro contato com a língua portuguesa foi com a chegada ao Brasil. Alguns tinham e ainda têm vergonha de falar, por medo de serem ridicularizados.

No geral, os estudantes destacaram o acolhimento por parte de colegas, professores e técnicos, mas se declararam descontentes com a falta de acolhida por parte da instituição. De acordo com os entrevistados, não houve nenhuma recepção institucional de boas-vindas no início do semestre, nem orientação em relação à estrutura e organização da UFRR, às normativas e aos benefícios que poderiam ser obtidos, atendimento médico e psicológico, etc.. Sem a recepção institucional, alguns deixaram de usufruir de estratégias de permanência,

evidenciando a ausência de um olhar mais sensível para a situação singular desses estudantes.

A incompatibilidade entre o horário dos cursos (predominantemente diurno) e o trabalho foi mais um empecilho. Muitos atrasaram e outros precisaram abandonar a universidade, porque tiveram que escolher entre estudar e sobreviver. Dos 30 alunos ingressantes, ao final do primeiro semestre, 10 já não estavam mais ativos. Nos semestres seguintes, outros estudantes foram desistindo, até que em 2022.1, quando foi encerrada a pesquisa, apenas 13 encontravam-se ativos.

Constatou-se, com esta pesquisa, que a UFRR deu um passo importante para a inclusão dos refugiados e migrantes em situação de vulnerabilidade, entretanto, outro deveria ter sido dado: um maior diálogo entre os setores, buscando discutir como eles poderiam colaborar e em que deveriam se adequar para a promoção de ações diferenciadas, visando à permanência e ao efetivo sucesso desses estudantes.

Obstáculos relacionados ao idioma; ausência de recepção e de orientação em relação aos procedimentos relacionados à vida acadêmica; falta de um acompanhamento mais particularizado e de uma política de auxílios específica, horários de aulas incompatíveis com o horário do trabalho, entre outros problemas, afetaram muito a trajetória desses estudantes. Foram essas dificuldades que fizeram com que muitos deles se afastassem da universidade, atrasando o término do curso e adiando o sonho de poder competir com mais igualdade de condições no mercado de trabalho; ou acarretando, na maioria dos casos, que desistissem do sonho.

Esse quadro evidencia que o acesso/permanência/sucesso no ensino superior está longe de ser um direito plenamente garantido aos refugiados e migrantes em situação de vulnerabilidade. É necessário, pois, um trabalho de conscientização de toda a comunidade universitária, de modo que não seja garantido apenas o acesso desses indivíduos à educação, mas que se lute contra sua exclusão.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017.

BRAIT, B. **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Lei Federal nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25-05-2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo:

Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. A questão da educação formal/não-formal. In: 11e SÉMINAIRE DE INSTITUT INTERNATIONAL DES DROITS DE L'ENFANT (IDE) DROIT À L'ÉDUCATION: SOLUTION À TOUS LES PROBLÈMES OU PROBLÈME SANS SOLUTION?, 11., 2005, Sion. **Annales** [...]. Sion: IDE, p. 1-11, 18 au 22 oct. 2005. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/305943/mod_resource/content/1/Educacao_Formal_N. Acesso em: 23 out. 2021.

MAGALHÃES, E.; SIEMS, M. E. R. Retratos de quem escolheu a vida. **Linhas Críticas**. Brasília, v. 27, e40298, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/40298?articlesBySimilarityPage=5>. Acesso em: 13 out. 2021.

SAMPIERI, R. H. **Metodologia de pesquisa**. Trad. Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, B. S. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.